



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Leste de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : ACL TRANSPORTES DE CARGAS LTDA
CNPJ/CPF : 42.958.935/0001-25
Empreendimento : ATERRO DE RCC - ACL CAÇAMBAS
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Rua Joaquim Murtinho número/km 1059
LOJA 01 Bairro CENTRO CEP 36950-000 Ipanema - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Ipanema (LAT) -19.7523, (LONG) -41.6768
Fator locacional resultante : 1
Classe predominante resultante : 2
Modalidade de licenciamento : LAS RAS
Processo Administrativo Licenciamento : 10234/2025

Motivo da decisão:

Conforme as informações expostas no Parecer Técnico nº 30/2025 (id. SEI 120998772) anexado ao processo, sugere-se o indeferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento ACL TRANSPORTES DE CARGAS LTDA para as atividades de "F-05-18-0 - Aterro de resíduos da construção civil (classe "A")", exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação", no município de Ipanema/MG.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Governador Valadares, 25/08/2025.

Documento assinado eletronicamente por LIRRIET DE FREITAS LIBORIO OLIVEIRA, Chefe da Unidade, em 25/08/2025 08:49 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.